



Universidade de Brasília

**Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas
Departamento de Administração**

Curso de Especialização (Lato Sensu) em Gestão Pública Municipal

JAQUELINE CANDIDA CAPONI

**INSTITUIÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL EM PARCERIA COM O TERCEIRO SETOR:
benefícios sociais para pessoas com deficiência**

Goianésia – GO

Abril/2019

CAPONI, Jaqueline Cândida.

INSTITUIÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL EM PARCERIA COM O TERCEIRO SETOR: benefícios sociais para pessoas com deficiência. Jaqueline Cândida Caponi, Brasília, Universidade de Brasília, orientador Profº. Dr. Átila Rabelo Tavares da Câmara, 2019. 43 p.

Monografia: Curso de Especialização (Lato Sensu) em Gestão Pública Municipal – Brasília, Goiás, Universidade de Brasília, 2019.

Bibliografia.

1. Promoção Social.
2. OVG.
3. Pessoas com deficiência

Universidade de Brasília – UnB

Reitora:

Prof^ª. Dr^ª. Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor:

Prof. Dr. Enrique Huelva

Decana de Pós-Graduação:

Prof^ª. Dr^ª. Helena Eri Shimizu

**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão
Pública:**

Prof. Dr. Eduardo Tadeu Vieira

Chefe do Departamento de Administração:

Prof. Dr. José Márcio Carvalho

Coordenadora do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

Profa. Dr^ª. Fátima de Souza Freire

JAQUELINE CANDIDA CAPONI

**INSTITUIÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL EM PARCERIA COM O TERCEIRO SETOR:
benefícios sociais para pessoas com deficiência**

Monografia apresentada ao Departamento de Administração como requisito parcial à obtenção do certificado de especialista (lato sensu) em Gestão Pública Municipal.

Professor Orientador: Prof. Dr. Átila Rabelo Tavares da Câmara

Goianésia – GO

2019

JAQUELINE CANDIDA CAPONI

**INSTITUIÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL EM PARCERIA COM O TERCEIRO SETOR:
benefícios sociais para pessoas com deficiência**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do
Curso de Administração da Universidade de Brasília da aluna

JAQUELINE CANDIDA CAPONI

Dr. Átila Rabelo Tavares da Câmara
Professor-Orientador

Dr. Edmilson Soares Campus,
Professor-Examinador

Brasília, 27 de abril de 2019.

Dedico esse trabalho aos meus pais Ivany Cândida Caponi e Antônio Caponi, que muito tem contribuído para exercício da minha pessoa em prol da construção de um futuro melhor.

Ao meu filho Gustavo Silva Caponi, pela paciência, carinho e amor, me inspirando e impulsionando há buscar todo dia novos conhecimentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me proporcionar vida e sabedoria, aos meus pais, filho, irmãs e sobrinhos por serem o motivo da minha alegria e persistências e buscar cada vez mais novos conhecimentos. Ao professor **Dr. Átila Rabelo Tavares da Câmara** que contribuiu muito de forma valiosa para o meu crescimento profissional.

Não é a consciência do homem que lhe determina o ser, mas, ao contrário, o seu ser social que lhe determina a consciência.

Karl Marx

RESUMO

Este estudo teve como objetivo geral Analisar a satisfação dos usuários de benefícios sociais na instituição pública e não governamental na Secretaria de Promoção Social de Goianésia-Go no ano de 2018 em parceria com a OVG (organização das voluntários de Goiás), e objetivos específicos: Caracterizar a importância dos benefícios Sociais para os usuários das instituições públicas em parcerias com o terceiro setor; Verificar os principais desafios enfrentados dos benefícios Sociais para os usuários das instituições públicas em parcerias com o terceiro setor; Analisar os documentos pertinentes dos benefícios Sociais para os usuários das instituições públicas em parcerias com o terceiro setor. Para o desenvolvimento da pesquisa fez se necessário um estudo exploratório, qualitativo, com 8 beneficiados e os gestores das instituições pública e não governamental, O instrumento de coleta de dados foi elaborado na forma de uma entrevista semiestruturada e para a verificação dos dados utilizou-se a análise de conteúdo. Em âmbito Municipal, especificamente na cidade de Goianésia - GO, a secretaria de promoção social é encarregada a implementar a Política de Assistência Social do Município, trabalhando com programas, projetos e ações sociais para a população em risco social.

Palavras-chave: **Promoção Social, OVG, Pessoas com deficiência.**

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1.....	19
Gráfico 2.....	22
Gráfico 3.....	24
Figura 1.....	32
Figura 2.....	33
Figura 3.....	33
Figura 4.....	34
Figura 5.....	34
Figura 6.....	35
Figura 7.....	35
Figura 8.....	36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MEC – Ministério da Educação

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

OVG – Organização das Voluntárias de Goiás

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
1.1. Contextualização do Assunto.....	15
1.2. Formulação do problema.....	15
1.3. Objetivo Geral.....	15
1.4. Objetivos Específicos.....	16
1.5. Justificativa.....	16
1.6. Métodos e Técnicas de pesquisa.....	16
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
2.1. Assistência Social.....	18
2.2. Terceiro Setor.....	20
2.3. A assistência social e o terceiro setor no auxílio às pessoas deficientes.....	23
3. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	28
3.1. Tipo e descrição geral da pesquisa.....	28
3.2. Caracterização da organização, setor ou área.....	29
3.3. População e amostra.....	30
3.4. Caracterização dos instrumentos de pesquisa.....	30
3.5. Procedimentos de coleta e de análise de dados.....	31
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	32
5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	38
REFERÊNCIAS.....	41
ANEXOS.....	43
Anexo A.....	43
Anexo B.....	45

1 INTRODUÇÃO

Desde os primeiros momentos da História do Brasil, a deficiência física foi relacionada à doença e carregada de uma série de preconceitos enraizados na cultura. Entre os indígenas, era comum o abandono e a eliminação de crianças portadoras de algum tipo de limitação física ou sensorial. Os escravos negros eram muitas vezes submetidos á castigos que impunham a amputação, e entre os colonos portugueses as dificuldades de adaptação ao novo território provocaram deformidades congênitas ou adquiridas. (FIGUEIRA, 2008)

O trajeto histórico das pessoas com deficiência no Brasil, a exemplo de outras culturas e países, foi marcado por uma fase inicial de eliminação e exclusão, seguida de um período de integração parcial através do atendimento especializado. Estas fases deixaram marcas e rótulos associados às pessoas com deficiência, muitas vezes tidas como incapazes e/ou doentes crônicas. Romper com esta visão, que implica numa política assistencialista para as pessoas com deficiência, é uma tarefa árdua. Mas, com menor ou maior êxito, isso foi feito com o avanço da legislação nacional sobre este tema, contando agora com a contribuição direta das próprias pessoas com deficiência. (FIGUEIRA, 2008)

Corroborando com essa visão, Figueira destaca que “[...] as questões que envolvem as pessoas com deficiência no Brasil – por exemplo, mecanismos de exclusão, políticas de assistencialismo, caridade, inferioridade, oportunismo, dentre outras – foram construídas culturalmente” (FIGUEIRA, 2008, p.17). Dessa forma, a sanção da Lei nº13.146/2015- Estatuto da Pessoa com Deficiência representa uma grande conquista para essa população historicamente excluída.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência garantiu uma série de direitos a aproximadamente 45,6 milhões de brasileiros com algum tipo de deficiência. De acordo com pesquisa realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2010, esse número representa 23,8% da população do país. Em seu artigo 2º, a deficiência é definida como: “uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social” (BRASIL, Lei nº13.146/2015).

Esse importante documento prevê a inclusão da pessoa com deficiência e sua participação mais ativa na economia. Também determina o papel do Ministério Público e de Estados e Municípios na fiscalização e no cumprimento do Estatuto no âmbito do trabalho, da educação, da saúde e das políticas públicas em geral.

Nessa direção, os direitos garantidos por essa lei são geralmente efetivados pela Política Nacional da Assistência Social em Proteção Social Básica (prevenção de situações de risco e o fortalecimento de vínculos familiares) e Proteção Social Especial (atendimento às pessoas que já se encontram em situações de risco e/ou tiveram seus direitos violados). As competências são distribuídas entre os três entes federados: União, Estados e Municípios.

Em âmbito Municipal, especificamente na cidade de Goianésia - GO, a secretaria de promoção social é encarregada a implementar a Política de Assistência Social do Município, trabalhando com programas, projetos e ações sociais para a população em risco social. O trabalho desenvolvido para as pessoas com deficiência na Secretaria de Promoção Social viabiliza a liberação de benefícios sociais: cadeira de rodas, cadeiras de banho, muletas, fraldas geriátricas entre outros.

Para melhor execução dessas funções, o governo municipal realiza parceria com uma Instituição do Terceiro Setor: OVG (Organização das Voluntárias de Goiás) que oferece ao município informações sobre elaboração de projetos sociais; captação de recursos; documentação necessária para constituição de uma entidade social, bem como sua manutenção e orientações de como a Prefeitura pode estabelecer e fortalecer parcerias com as entidades sociais de sua região.

As atividades da denominada Organização das Voluntárias de Goiânia – filiada à Organização das Voluntárias, com sede na capital federal - foram as ações de caráter voluntário, voltadas ao atendimento de necessidades emergenciais de famílias de baixa renda. O trabalho prestado em parceria com o governo estadual, prefeituras municipais e instituições da sociedade civil beneficia diversos segmentos da população, como crianças, adolescentes, estudantes, idosos e pessoas com deficiência.

A ação beneficia cidadãos que buscam apoio diretamente na OVG, encaminhados pelos municípios ou atendidos pelas instituições sociais, incluindo pessoas de baixa renda, idosos, crianças, gestantes e pessoas com deficiência.

1.1 Contextualização do Assunto

Esta pesquisa traz a identificação e avaliação dos serviços oferecidos pela Secretaria de Promoção Social da cidade de Goianésia juntamente com a OVG, a partir de pesquisa qualitativa e bibliográfica fundamentada nas obras de Figueira (2008), Macedo (2010), Lakatos e Marconi (2001), entre outros.

1.2 Formulação do problema

Desse modo, por meio de parceria do Governo Municipal e instituição do Terceiro setor as pessoas com deficiência em Goianésia são assistidas. No entanto resta refletir sobre a efetividade desses benefícios para as pessoas as quais os recebem.

Lakatos e Marconi (2001), que para formular um problema este deve estar ligado ao tema da pesquisa, pois ele esclarece uma dificuldade a partir da qual a pesquisa se delineará.

Neste sentido, busca-se investigar: qual a efetividade das ações de parceria entre instituições públicas municipais e organizações do terceiro setor, no âmbito do município de Goianésia (GO), por meio das quais se encaminham benefícios sociais para pessoas com deficiência?

1.3 Objetivo Geral

Analisar a satisfação dos usuários de benefícios sociais na instituição pública e não governamental na Secretaria de Promoção Social de Goianésia-GO no ano de 2018 em parceria com a OVG (organização das voluntários de Goiás).

1.4 Objetivos Específicos

- Caracterizar a importância dos benefícios Sociais para os usuários das instituições públicas em parcerias com o terceiro setor;
- Verificar os principais desafios enfrentados dos benefícios Sociais para os usuários das instituições públicas em parcerias com o terceiro setor;
- Analisar os documentos pertinentes dos benefícios Sociais para os usuários das instituições públicas em parcerias com o terceiro setor;

1.5 Justificativa

Visto que as pessoas deficientes estão cada vez mais a mercê do preconceito e da exclusão na sociedade, este trabalho se justifica pela necessidade de melhorias de políticas que ajudem estas pessoas. Se justifica também pela precariedade dos estudos feitos em relação ao tema no âmbito do município de Goianésia (GO).

1.6 Métodos e Técnicas de Pesquisa:

O estudo em questão tende para delineamento de uma pesquisa exploratória, descritiva e qualitativa com verificação bibliográfica, por meio de entrevista e questionário.

Com esse delineamento pretende-se analisar a satisfação dos usuários de benefícios sociais na instituição pública e não governamental na Secretaria de Promoção Social de Goianésia-GO no ano de 2018 em parceria com a OVG (organização das voluntários de Goiás).

Tal estudo será realizado na OVG e Secretaria de promoção social, em Goianésia – GO. Realizar-se-á entrevistas com os gestores da OVG e da Secretaria de Promoção Social, bem como questionários com os usuários dos benefícios da OVG. Espera-se que todos os dados e informações adquiridas sirvam como

instrumentos utilitários para a investigar, avaliar e tabular as informações para concluir a pesquisa.

Segundo Bogdan e Biklen (1994), a forma de direcionamento de uma pesquisa qualitativa amalgama em uma dialética entre o pesquisador e os sujeitos, uma vez que, o foco de alguma maneira é imbuído de intenção a respeito do que se quer analisar. Na pesquisa qualitativa, o foco nos métodos é incontestável, pois, retratam-se, averíguam-se as ações, as relações e os diálogos dos sujeitos.

Nesta perspectiva, em uma pesquisa qualitativa, para mais satisfatoriamente nortear a busca faz-se imprescindível realizar inferências sobre o objeto de pesquisa pressuposto. Ruiz (1998) enfatiza que, a pesquisa de campo constitui-se na análise dos fatores de forma espontânea, em concordância com os dados coletados e nas anotações de variáveis teoricamente relevantes.

Para o olhar qualitativo, é necessário conviver com o desejo, a curiosidade e criatividade humanas; com as utopias e esperanças; com a desordem e o conflito; com a precariedade e a pretensão; com as incertezas e o imprevisto. Acredita-se, desta forma, que a realidade é sempre mais complexa que nossas teorias e não cabe em um só conceito. (MACEDO, 2000, p. 69).

O propósito sugere no levantamento de dados, contribuições pessoais e documentais visando o conhecimento da escola a partir do diagnóstico dos seus pontos positivos e negativos. A avaliação qualitativa traz em si o caráter explicativo, de modo que é pertinente fazer a análise dos dados aproveitando todos os registros como: entrevistas através de fotografias, documentários e gravações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Assistência Social

A assistência social tem se mostrado cada mais essencial na vida das minorias, e, nessa perspectiva destaca-se a importância desta assistência para com as pessoas deficientes.

Observa-se que a deficiência muitas vezes limita um ser humano a algumas atividades cotidianas normais durante um convívio social, porém muitas pessoas acreditam que isso seja motivo para ascender o preconceito em relação aos portadores de alguma deficiência (COLIN; FLOWLER, 1999).

Percebe-se que pessoas que estão nessa condição, sentem-se excluídas e já passaram diversas vezes por um período de preconceito. Apesar da sociedade ter se evoluído exacerbadamente em alguns aspectos, compreende-se que o preconceito ainda está fortemente enraizado em algumas pessoas.

É a partir da necessidade das pessoas deficientes serem enxergadas como pessoas normais, e que sua deficiência não a caracteriza como ser humano, que se justifica a importância da assistência social. É através desta assistência que as pessoas com algum tipo de deficiência se sentem mais protegidas e acolhidas, é através da promoção destes serviços que as minorias sentem que são capazes e têm direitos assim como todo e qualquer indivíduo (FAGNANI, 1998).

A assistência social não se justifica apenas pelo apoio prestado às pessoas referentemente ao preconceito e a exclusão, a assistência social se funda também pelo auxílio a essas pessoas observando suas principais limitações, principalmente as físicas.

Observa-se que muitas pessoas deficientes são impossibilitados de trabalharem e, em suma maioria, se aposentam, ademais os mesmos precisam gastar quase toda sua renda com remédios, alimentação adequada e diversos materiais que auxiliam-nos com suas devidas necessidades.

É nesta perspectiva que a assistência social visa conceder esses e outros direitos para os portadores de deficiência, proporcionando aos mesmos não só qualidade de vida, mas também uma realidade mais humana e mais digna.

A assistência social é mais abrangente e não se limita apenas às pessoas com algum tipo de deficiência, mas sim qualquer pessoa que se sinta excluída e que necessite de cuidados e mais atenção, como as pessoas de baixo padrão socioeconômico.

Sendo assim, compreende-se que esta assistência tem ajudado consideravelmente nas principais questões da sociedade, impreterivelmente às pessoas que muitas vezes ficam à margem social.

O gráfico abaixo mostra quais são os padrões que mais são acolhidos pela assistência social:

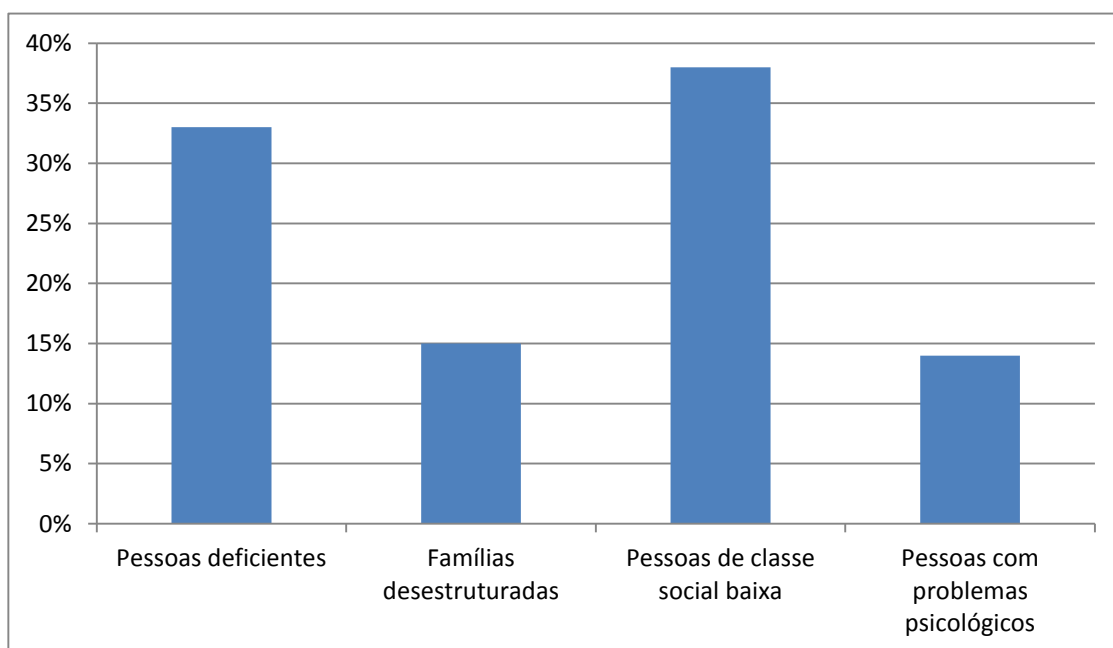


Gráfico 1: Principais grupos sociais atendidos pela assistência social. Fonte: Yazbek (2018).

Dessa forma, pode-se compreender que a assistência social não se limita apenas ao apoio às pessoas com deficiência, mas sim a todos que precisam de apoio e auxílio.

O caminho da profissionalização do Serviço Social é, na verdade, o processo pelo qual seus agentes – ainda que desenvolvendo uma auto-representação e um discurso centrados na autonomia dos seus valores e da sua vontade – se inserem em atividades interventivas cuja dinâmica, organização, recursos e objetivos são determinados para além do seu controle (NETTO, 2005, p. 71-72).

Dessa forma, pode-se perceber que o assistente social se faz imprescindível para o mercado de trabalho, visando o bem social e seu bom desenvolvimento, impreterivelmente o bom desenvolvimento de cidadãos que ficam à margem de uma sociedade excludente e individualista.

O trabalho do assistente social tem sido um tema presente na agenda profissional, e vem ganhando centralidade crescente nos debates de profissionais estudantes e pesquisadores do Serviço Social, sinalizando a premência de estudos e pesquisas que desvendem o processamento do trabalho do assistente social e as formas por ele assumidas nos diferentes espaços ocupacionais e nas diversas atividades que desenvolvem no cotidiano das instituições públicas e privadas (RAICELIS, 2010, p. 751).

Nessa perspectiva, compreende-se que o assistente social desenvolve um trabalho que procura promover a dignidade e o desenvolvimento humanitário da sociedade como um todo, sem distinções e prevalências, contudo é essencial que as políticas públicas desenvolvam métodos mais eficazes para que o auxílio destes profissionais possa chegar de maneira mais branda.

Ainda que a política de assistência social seja um campo de trabalho multiprofissional e interdisciplinar, ela se constitui historicamente como uma das principais mediações do exercício profissional dos assistentes sociais, sendo reconhecidos socialmente (e se autorreconhecendo) como os profissionais de referência desta política, apesar das ambiguidades que cercam essa relação de longa data (RAICELIS, 2010, p. 751).

Sendo assim, entende-se que compreender a assistência social na atualidade é uma tarefa árdua, pois ainda há muitas falhas nesta profissionalização, observa-se que muitos se sentem desvalorizados e não têm o apoio necessário de instituições públicas.

2.2. Terceiro Setor

O terceiro setor se fundamenta pelo auxílio de instituições não governamentais que auxiliam pessoas que necessitam de um cuidado específico, tanto psicológico quanto físico (VILLASANTE, 2002).

O terceiro setor não se restringe apenas aos cuidados com o ser humano pertencente a minorias, mas também a diversas causas sociais, como por exemplo, questões relacionadas ao meio ambiente e aos animais (THOMPSON, 1997).

Nessa perspectiva compreende-se que o terceiro setor é muito importante para a sociedade como um todo, pois auxilia o governo a cuidar das principais causas sociais com o próprio recurso. O Brasil é um país com muitas precariedades, um país que ainda passa por desenvolvimento, dessa forma, compreende-se que há muitas questões sociais que ficam a mercê das mazelas governamentais, e é nesse âmbito que se destaca como o terceiro setor se faz necessário para a sociedade brasileira (MORGAN, 1996).

A complexidade dos problemas sociais exige vários olhares, diversas maneiras de abordá-los, aglutinando saberes e práticas para o entendimento e a construção integrada de soluções que garantam à população uma vida com qualidade (JUNQUEIRA, 2004, p. 26).

Nessa perspectiva, compreende-se como se faz necessário a existência de instituições que busquem olhar de forma mais aprofundada para as principais questões sociais, que muitas vezes ficam à margem e não tem real importância. Como visto o país é cheio de precariedades e não consegue por si só exercer as políticas necessárias para o auxílio às minorias, e é dessa forma que o terceiro setor tem ajudado de forma eficaz milhares de pessoas (MORIN, 1997).

Concordamos com Freitas (2005) quando afirma que, na atualidade, é possível identificar uma proliferação de práticas e trabalhos comunitários dirigidos a uma variedade de problemáticas individuais e comunitárias. O crescimento das grandes cidades foi acompanhado de um processo de “periferização” que, por sua vez, não foi acompanhado de investimentos públicos para atendimento da população, atribuindo essa responsabilidade a organizações não-governamentais. O crescimento dessas organizações se deu de modo segmentado com intervenções para várias finalidades (criança, adolescente, família, idoso, morador de rua) em uma lógica assistencialista, historicamente construída nas políticas públicas de Assistência Social e insuficientes para uma mudança da realidade cotidiana da população atendida. A prática psicológica na Assistência Social encontra, assim, o desafio de ampliar o debate entre os diversos atores da política dessa área e de investir na sistematização das práticas que se comprometam com a transformação da realidade, e não com sua manutenção (SENRA; GUZO, 2012, p. 195).

Dessa forma, compreende-se que o terceiro setor se encarrega das atividades que deveriam ser feitas pelas instituições governamentais, mas que por sua precariedade em abundância não executa as políticas necessárias às pessoas que necessitam de uma atenção especial, e é nesta perspectiva que se fundamenta o terceiro setor, na tentativa de ampliar e buscar um auxílio mais digno às pessoas excluídas e que necessitam de auxílio.

Tratar os indivíduos, situados num mesmo âmbito, e seus diversos problemas, de maneira integrada, exige uma estratégia articulada das ações e serviços. Mas apenas isso não basta. Esse novo fazer engloba mudanças de valores, de cultura, que são percebidas: nas normas sociais e regras que pautam o agir de grupos e organizações sociais. Essa mudança exige a apreensão da cultura baseada em aspectos rotineiros das práticas cotidianas, que "definem o estágio socialmente construído em relação ao qual a geração de atores dá vida à sua cultura" (Morgan, 1996:137). Essa construção não passa apenas no interior das organizações, pelos relacionamentos diários que estabelecem as pessoas entre si, mas também pelo funcionamento de grupo ou grupos exteriores às organizações e das lideranças que emergem desse processo (JUNQUEIRA, 2004, p. 28).

O gráfico abaixo mostra quais são as principais emergências do terceiro setor:

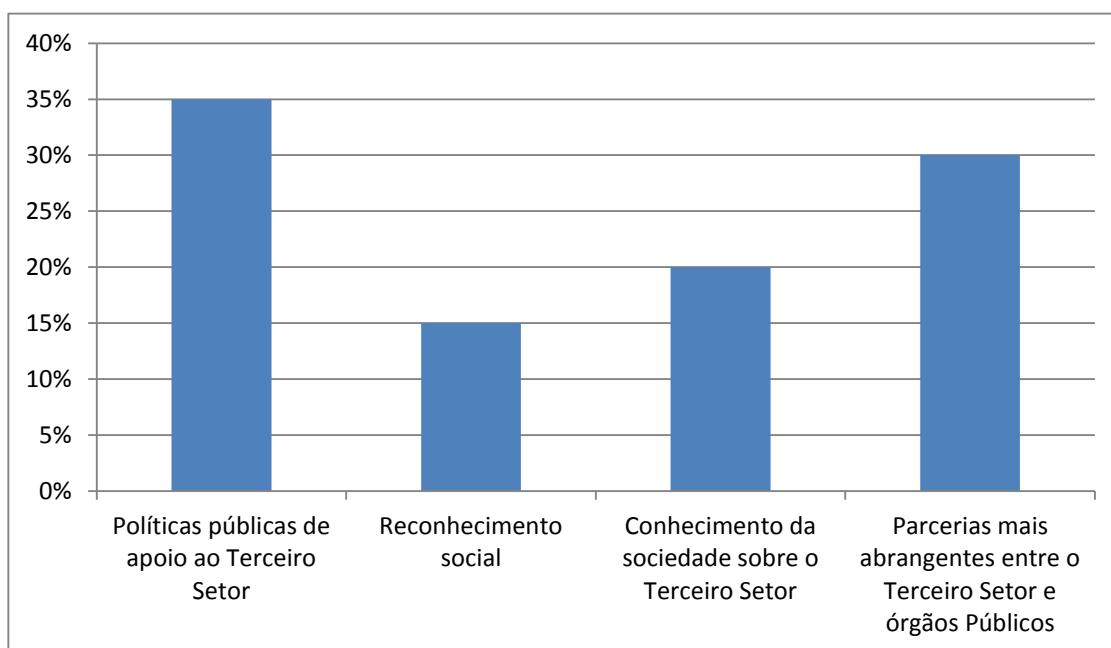


Gráfico 2: Principais emergências do Terceiro Setor. Fonte: Senro e Guzzo (2012).

Ao observar o gráfico 2, percebe-se que é imprescindível que haja possíveis implantações para que o auxílio do Terceiro Setor possa chegar de forma mais eficiente aos que realmente necessitam de auxílio. Compreende-se que apesar do Terceiro Setor ser uma instituição não governamental, esta precisa inexoravelmente do auxílio do governo.

2.3. A assistência social e o terceiro setor no auxílio às pessoas deficientes

A inclusão é uma tentativa de um ensino melhor e de qualidade para todo e qualquer estudante portador de necessidades especiais, respeitando suas limitações e dando subsídios para a tentativa de um futuro melhor (SILVA; TAMARU, 2015).

Compreender o ser humano numa perspectiva sócio-histórica significa reconhecê-lo na sua humanidade, na sua semelhança, não enfocar os problemas do sujeito isoladamente. Isso implica a indissociação entre sentimentos/afetos e cognição, ou seja, a compreensão de que a produção da deficiência é, antes de tudo, um produto sociocultural. Precisamos aprender sobre nós mesmos e sobre os semelhantes, compreender as demandas subjetivas, que, por sua vez, mobilizam e orientam maneiras de ser, de perceber e de estar no mundo. (ROZEK, 2005, p. 289).

Como citado acima, é necessário compreender as diferenças, mas não as trata de forma isolada, impreterivelmente ao se retratar das relações sociais, buscando sempre entender que cada ser tem sua própria subjetividade e que é necessário que todos convivam e entendam a diferença entre cada indivíduo.

A maior barreira para a inclusão de pessoas com algum tipo de deficiência é o preconceito enraizado pela sociedade, bem como as limitações que são impostas a esses indivíduos. Em convívio social a pessoa com deficiência deve ser vista antes de tudo como qualquer outro ser humano.

Visando o fim de todo e qualquer tipo de preconceito destinado a essas pessoas começaram a surgir alguns tipos de benefícios que visam promover a igualdade entre todos.

Estes benefícios se fazem importantes, pois podem ajudar consideravelmente pessoas com deficiência a conseguirem grandes chances que

antes não tinham. Como já foi retratado, na antiguidade a deficiência era concretizada como algo horrendo, as pessoas com essa condição não tinham nenhum lugar na sociedade e eram vistas como seres diferentes.

Percebe-se dessa forma que os direitos adquiridos são conquistas de anos, conquistas, pois foram medidas que amenizaram de forma positiva os sofrimentos causados pela exclusão e pelo preconceito.

Como já retratado, as pessoas com deficiência devem ser vistas como pessoas normais como todas as demais, pois deficiência não torna nenhum ser humano melhor ou pior que o outro, trata-se apenas de uma condição.

Apesar das medidas tomadas e das grandes conquistas adquiridas nas últimas décadas, percebe-se que a realidade não se faz necessária, muitos deficientes se sentem excluídos e passam por diversas questões de preconceito diariamente. O gráfico abaixo mostra o índice de pessoas deficientes que se sentem excluídas:

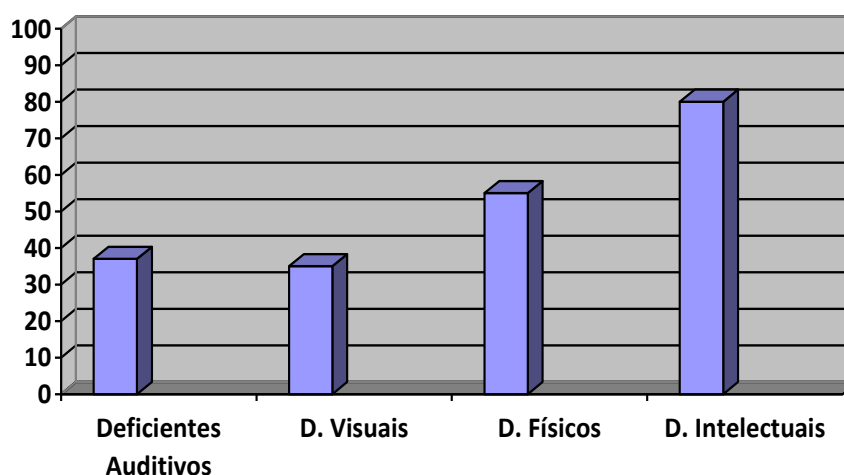


Gráfico 3: índice de pessoas com determinado tipo de deficiência que se sentem excluídas pela sociedade. Fonte: Autoria própria com base nos seguintes dados:

Percebe-se que muitas pessoas se sentem excluídas, pois já presenciaram inúmeros tipos de preconceito ao longo de sua vida, principalmente as pessoas com alguma deficiência intelectual.

Dessa forma, compreende-se que apesar das conquistas dos últimos anos, muitas coisas ainda precisam ser feitas para cessar completamente qualquer tipo de preconceito.

Visando o fim do sofrimento enfrentado pelas pessoas deficientes as Ciências Sociais, promoveu uma área chamada Terceiro Setor. Falconer (1999) traz o seguinte estudo sobre o Terceiro Setor:

O campo de estudos do terceiro setor é uma das áreas mais novas e verdadeiramente multidisciplinares das Ciências Sociais, unindo pesquisadores de disciplinas como Economia, Sociologia, Ciência Política e áreas acadêmicas aplicadas como Serviço Social, Saúde Pública e Administração. O estudo do terceiro setor é uma área de conhecimento nova tanto no Brasil quanto no resto do mundo. No Brasil, as escolas de Administração começaram a debruçar-se recentemente sobre o tema. Neste país, o terceiro setor não é um tema extensivamente pesquisado, existindo ainda poucos estudos empíricos abrangentes, e um número insignificante, até recentemente, com enfoque organizacional. A emergência do terceiro setor representa, em tese, uma mudança de orientação profunda e inédita no Brasil no que diz respeito ao papel do Estado e do Mercado e, em particular, à forma de participação do cidadão na esfera pública. Isto tem levado à aceitação crescente da ampliação do conceito de público como não exclusivamente sinônimo de estatal: "público não estatal" (FALCONER, 1999, p. 1-2).

Pode-se compreender dessa forma que o Terceiro Setor é algo que surgiu recentemente na nossa sociedade, visando questões principais da sociedade, envolvendo também questões da deficiência.

Salomon (1998), traz o seguinte estudo a respeito do Terceiro Setor:

Crescimento notável vem ocorrendo mundialmente em atividades voluntárias organizadas e na criação de organizações privadas sem fins lucrativos ou não-governamentais. Desde os países desenvolvidos da América do Norte, da Europa e da Ásia, na América Latina e no antigo bloco soviético, as pessoas estão formando associações, fundações e instituições similares para prestar serviços sociais, promover o desenvolvimento econômico local, impedir a degradação ambiental, defender os direitos civis e procurar realizar inúmeros outros objetivos da sociedade ainda não-atendidos ou deixados sob a responsabilidade do estado (SALOMON, 1998, p. 5).

Dessa forma, compreende-se que o Terceiro Setor são instituições não-governamentais que prestam serviços voluntários em prol das questões mais pertinentes da sociedade, impreterivelmente das minorias, ou seja, das pessoas que são deixadas a margem da sociedade, nesse caso em grande parte as pessoas deficientes.

Compreende-se que o Terceiro Setor é importante, pois ajuda os cidadãos que deveriam ser ajudados pelo estado mas que muitas das vezes são deixados de lado. Visto que o Brasil é um país subdesenvolvido com inúmeras precariedades, impreterivelmente sociais, pode-se compreender que estes voluntários perfazem um serviço que ajuda positivamente pessoas deficientes, dando mais condições de qualidade de vida e fazendo-os sentir como seres humanos normais, dando um apoio digno e mais humano.

Ademais, o Terceiro Setor passa por inúmeras dificuldades, a falta de subsídio pode ser considerada como a principal barreira encontrada. Pois, ter boa vontade e pensar em ajudar muitas vezes não são suficientes, uma vez que muitos deficientes precisam de alguns recursos financeiros para conseguir remédios, fraldas, cadeiras de roda etc.

Dessa forma é muito importante que haja parceria entre o estado e o Terceiro Setor, pois dessa forma, poder-se-á garantir para a sociedade mais necessitada o devido apoio.

Ter algum tipo de deficiência causa inúmeros transtornos na vida de um ser humano, principalmente pelo fato de serem muitas vezes excluídas e passarem por momentos de preconceito, sendo assim é importante que haja sempre métodos que promovam uma mudança na vida dessas pessoas, para que assim as mesmas não se sintam excluídas.

Em relação à acessibilidade no Sistema Único de Saúde (SUS), apesar dos profissionais atuantes nos programas de saúde pretenderem assegurar o atendimento a todos os cidadãos, ainda há muito por fazer para que as pessoas com deficiência recebam assistência equitativa, igualitária e universal preconizada pelo SUS. Nesse sentido, as dificuldades de acesso se inserem, também, na interação paciente-profissional de saúde, pois, as deficiências sensitivas se encarregam de estabelecer barreiras atitudinais no contexto desta interação (FRANÇA, PAGLIUCA, 2008, p. 130).

O fragmento acima serve para exemplificar as inúmeras dificuldades encontradas por pessoas deficientes, dessa forma, pode-se compreender que só os órgãos governamentais não estão conseguindo promover a estas pessoas o devido auxílio, por isso se faz tão pertinente o Terceiro Setor.

Compreende-se que as pessoas com algum tipo de deficiência, seja física ou psicológica, quando tem o apoio do Terceiro Setor juntamente com a assistência

social governamental, sentem-se mais protegidas e acolhidas. Pois, lidar com a deficiência é uma missão árdua, principalmente quando estas pessoas se sentem excluídas.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Segundo a perspectiva da pesquisa qualitativa,

um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno (GODOY, 1995, p. 21).

Partindo de um olhar mais abrangente, as questões vão se aclarando no decorrer da investigação, o estudo qualitativo pode, entretanto, ser conduzido por diversos caminhos.

3.1 Tipo e descrição geral da pesquisa

Para Severino (2000) é nessa etapa do projeto que se deve caracterizar a natureza do problema de pesquisa, “o autor deve anunciar o tipo de pesquisa que desenvolverá. Trata-se de explicitar aqui se trata de pesquisa empírica, com trabalho de campo ou de laboratório, de pesquisa teórica ou de pesquisa histórica ou se de um trabalho que combinará, e até que ponto, as várias formas de pesquisa” (p.162).

A metodologia a ser desenvolvida neste projeto de pesquisa resulta de referenciais teórico-metodológicos orientadores do processo de conhecimento sobre o objeto de estudo proposto, uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva. De acordo com Fonseca (2002), a pesquisa proporciona uma aproximação e uma concepção da realidade a se investigar, como um processo continuamente incompleto. Ela se realiza através de aproximações conseguintes da realidade, provendo subsídios para uma intervenção no real.

Portanto, a metodologia combinará a pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva com verificação bibliográfica, por meio de entrevista e questionário, tendo em vista analisar a satisfação dos usuários de benefícios sociais na instituição pública e não governamental na Secretaria de Promoção Social de Goianésia - GO.

A pesquisa científica é o resultado de um inquérito ou exame minucioso, realizado com o objetivo de resolver um problema, recorrendo a procedimentos

científicos. Na pesquisa qualitativa, preocupa-se com os aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

3.2 Caracterização da organização, setor ou área

A Organização das Voluntárias de Goiás – OVG surgiu em 30 de outubro de 1947 a partir da iniciativa de um grupo de mulheres ligadas à Igreja Católica. Foi idealizada pela primeira-dama do Estado na época, Ambrosina Coimbra Bueno, e em seus primeiros anos de existência, a instituição foi administrada pela Arquidiocese de Goiás – não havia a Arquidiocese de Goiânia na época.

Nessa época, a OVG era um órgão de auxílio voluntário aos hospitais, maternidades, orfanatos e demais entidades de assistência social.

Hoje, a OVG, tem como objetivo promover com excelência a assistência social para reduzir a desigualdade e a vulnerabilidade socioeconômica e difundir a cultura do voluntariado, incentivando a participação do cidadão.

A continuidade dos programas e as melhorias desenvolvidas na instituição viabilizam à OVG na realização de mais de 3 milhões de atendimentos por ano. O trabalho é prestado em parceria com o governo estadual, prefeituras municipais e instituições da sociedade civil beneficia diversos segmentos da população, como crianças, adolescentes, estudantes, idosos e pessoas com deficiência.

A Assistência Social hoje é política pública, integrando ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, onde vem assegurar os direitos da população em se tratando da saúde, educação, moradia, previdência e a Assistência Social. O presente modelo de Assistência Social no Brasil é de reversão onde os destinatários devem sair da situação de “Assistidos” para cidadãos de direito. E elevar a qualidade de vida da sociedade de forma equânime e justa, e propor mecanismos de visibilidade ao controle social, é desafio, mas uma luta que deve ser superada e gratificante para todos.

O Plano Municipal de Assistência Social Municipal de Goianésia, no período de 2018 a 2021, o qual é um instrumento de planejamento estratégico de

gestão pública e democrática, sinalizando o estabelecimento de novas relações entre governo e sociedade civil.

A Secretaria Municipal de Promoção Social tem como objetivo promover a inclusão social dos destinatários da Assistência Social, assegurando-lhes o acesso aos bens e serviços sociais básicos contribuindo para o desenvolvimento integral dos seus usuários. A Secretaria Municipal de Promoção Social é o órgão competente para executar o desenvolvimento das ações e serviços públicos de Assistência Social do município, considerando os novos conceitos e novos modelos de Assistência Social que passaram a vigorar a partir da Constituição Federal de 1988, regulamentados pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), assim sendo o município tem suas atribuições deferidas pela Constituição Estadual e Lei Orgânica local.

3.3 População e a Mostra

O presente estudo quanto aos objetivos é classificado como exploratório e quanto à abordagem como qualitativo, pois a pesquisa qualitativa permite uma aproximação da realidade, a partir do quadro referencial dos sujeitos do estudo.

Para tanto, o pesquisador faz uso da observação e reflete sobre os problemas com que se depara sem, contudo, deixar de considerar a experiência passada e atual da humanidade na solução desses problemas.

A pesquisa foi realizada na cidade de Goiânia/Goiás e Goianésia/Goiás.

3.4 Caracterização dos instrumentos de pesquisa

Objetivos	Fonte dos dados	Tipo de dado coletado	Técnica e instrumentos de coleta de dados	Técnica de análise de dados
Analisar a importância do Terceiro setor na vida de	Google Acadêmico e questionário.	Levantamento de dados municipais juntamente	Questionário e pesquisa sistemática em base de dados	Análise de conteúdo.

<p>peças com algum tipo de deficiência, procurando mostrar quais são suas vantagens.</p>		<p>com dados bibliográficos.</p>	<p>com confiabilidade.</p>	
<p>Observar qual é e como é a relação do Terceiro Setor juntamente com os órgãos governamentais com as pessoas deficientes.</p>	<p>Google Acadêmico e questionário.</p>	<p>Levantamento dos dados municipais juntamente com dados bibliográficos.</p>	<p>Questionário e pesquisa sistemática em base de dados com confiabilidade.</p>	<p>Análise de conteúdo.</p>
<p>Discutir como o Terceiro Setor tem ajudado as pessoas com algum tipo de deficiência, promovendo às mesmas qualidade de vida.</p>	<p>Google acadêmico e questionário.</p>	<p>Levantamento dos dados municipais juntamente com dados bibliográficos.</p>	<p>Questionário e pesquisa sistemática em base de dados com confiabilidade.</p>	<p>Análise de conteúdo.</p>

3.5 Procedimentos de coleta e de análise de dados

Foi realizado um estudo exploratório, qualitativo, com 8 beneficiados e usuários dos programas oferecidos pela Secretaria de Promoção Social de Goianésia e entrevista para os gestores das organizações pública e não governamental. O instrumento de coleta de dados foi elaborado na forma de uma entrevista semiestruturada e para a verificação dos dados utilizou-se a análise de conteúdo. E uma pesquisa bibliográfica, acerca do conteúdo explanado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

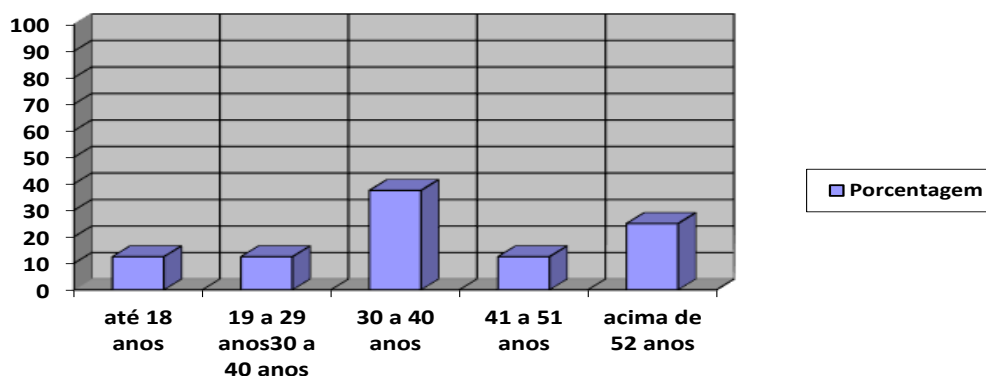
O estudo avaliativo da satisfação dos usuários dos programas sociais oferecidos pela Secretaria de Promoção Social de Goianésia-Go juntamente com a OVG, configura-se a partir de um questionário, onde destacará os resultados desta pesquisa.

[...] aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. (TRIVIÑOS 1987, p. 146).

Para a realização da pesquisa, foram entrevistados oito beneficiados dos programas sociais.

A Faixa etária dos beneficiados é

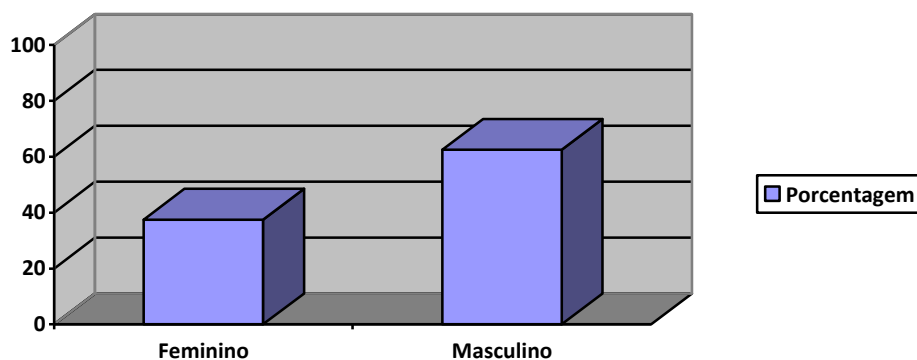
Figura 1



De acordo com os dados obtidos na Figura 1, 12,5% dos beneficiados entrevistados tem 18 anos, 12,5% tem entre 19 a 29 anos, 37,5% entre 30 a 40 anos, 12,5% entre 41 a 51 anos e 25% acima de 52 anos.

A maioria dos beneficiados são homens ou mulheres?

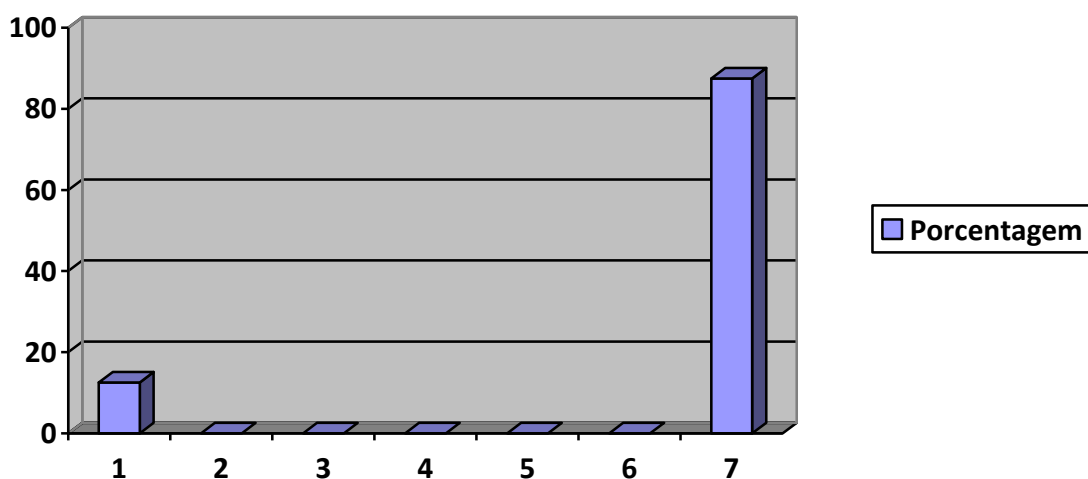
Figura 2



Como podemos observar na Figura 2, 37,5% dos beneficiados são mulheres e 62,5% dos beneficiados são homens.

Avaliamos o nível de escolaridade dos beneficiados e,

Figura 3



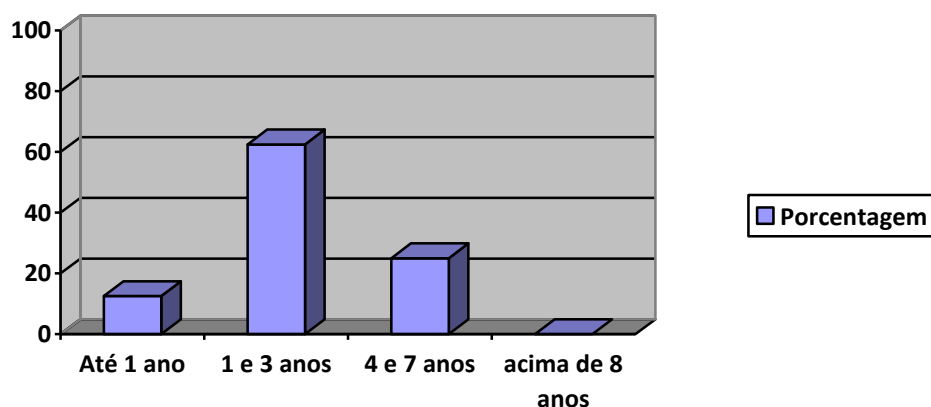
1. Ensino Fundamental Incompleto
2. Ensino Fundamental Completo
3. Ensino Médio Incompleto
4. Ensino Médio Completo
5. Ensino Superior Incompleto
6. Ensino Superior Completo

7. Analfabeto

Constatamos que apenas 12,5% frequentou a escola, embora não tenha concluído os estudos e 87,5% são analfabetos.

A quanto tempo recebe os benefícios oferecidos pela Secretaria de Promoção Social em parceria com a OVG?

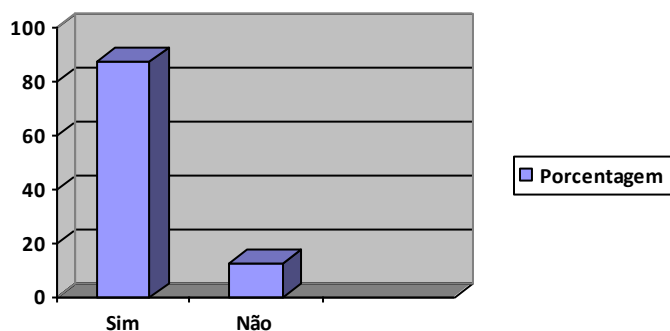
Figura 4



Na Figura 4, podemos observar que 12,5% dos beneficiários recebem os benefícios oferecidos pela Secretaria de Promoção Social e a OVG à mais ou menos 1 ano, 62,5% entre 1 e 3 anos e 25% entre 4 e 7 anos.

Os benefícios atendem as suas necessidades?

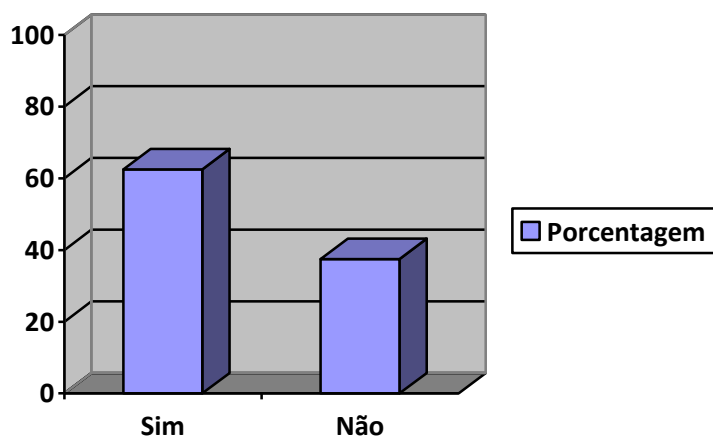
Figura 5



Na Figura 5, 87,5% dos entrevistados afirmaram que os benefícios atendem sim as suas necessidades e apenas 12,5% dos entrevistados disseram que os benefícios não atendem as suas necessidades.

Demorou para conseguir o benefício?

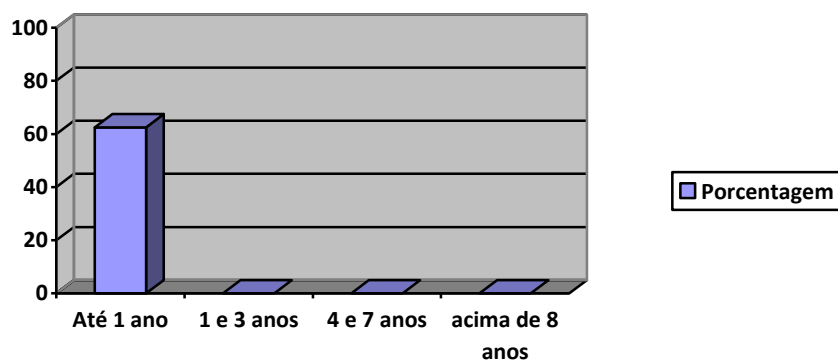
Figura 6



Na Figura 6, 62,5% dos entrevistados afirmaram que houve demora para conseguir o benefício e 37,5% dos entrevistados disseram que não houve demora.

Se sim, quanto tempo?

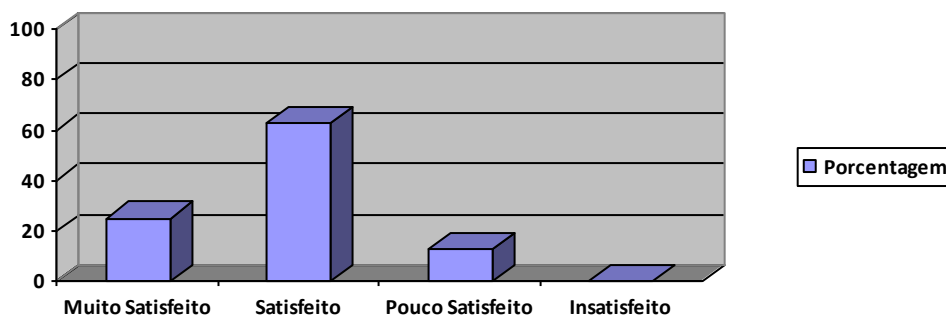
Figura 7



Na Figura 7, 100% dos que afirmaram que houve demorar para conseguir o benefício, disseram que o tempo de espera foi de até 1 ano.

O serviço prestado pela Secretaria de Promoção Social em parceria com a OVG é satisfatório?

Figura 8



25% dos entrevistados estão muito satisfeitos com o serviço prestado pela Secretaria de Promoção Social em parceria com a OVG, 62,5% satisfeitos e 12,5% pouco satisfeitos.

Após análise dos dados observa-se que os usuários estão satisfeitos com os benefícios sociais que recebem das instituições públicas e não governamental, tendo então algumas indagações como divulgação dos benefícios, de acordo com os entrevistados a Secretária de Promoção Social em parceria com a OVG deveriam divulgar mais esses benefícios para toda população.

Um outro questionamento que foi levantado é que esses benefícios sociais deveriam atender os usuários conforme a necessidade do mesmo na totalidade, sendo que esses benefícios atende somente uma porcentagem da necessidade do usuário. Deve –se ressaltar que existe uma falha na informação entre a sociedade civil, as instituições públicas e não governamental, uma vez que essas informações são divulgadas nos sites das instituições e na própria Secretária, observa-se que os usuários deveriam ser mais participativos e ter argumentos para buscar a efetivação de seus direitos junto as instituições públicas e não governamentais. Nota-se também que o Município deveria atender com totalidade os usuários beneficiários do programa.

Como pesquisadora acredito que os usuários estão satisfeitos com os programas, e tem conhecimento dos seus direitos como usuário, porém não procuram meios para que esses direitos sejam efetivados.

Foi aplicado uma entrevista para a gestora da Secretaria de Promoção Social e da (OVG) Organização das Voluntária de Goiás onde foi indagado a importância da parceria entre a instituição pública e não governamental, relacionando as duas entrevistas conforme os relatos das mesmas salientam-se que as gestoras compartilham da mesma opinião, segue os mais relevantes:

Os órgãos públicos e não governamental preocupa-se com a qualidade dos benefícios doados, entendendo que e um bem que deverá contribuir na melhoria de vida do usuário, a avaliação em relação ao grau de satisfação com os beneficiários, contribui na assertiva ao adquirir os benefícios. As parcerias são necessárias levando em consideração o comprometimento com os beneficiários, seja na rede pública ou não governamental.

Nota-se com a pesquisa que estes benefícios sociais são de suma importância para as famílias que dele necessita e que se encontram em situação de vulnerabilidade social, de forma que contribui na melhoria de qualidade de vida, social e econômica do usuário.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

As políticas sociais consistem em um direito fundamental e indispensável para o indivíduo, a operacionalização da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que viabiliza o sistema descentralizado e participativo e a sua regulação em todo o território nacional. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) constitui-se na regulação e organização em todo território nacional dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, de caráter continuado ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público sob critério universal e lógico de ação em rede hierarquizada e em articulação com iniciativas da sociedade civil. Define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política pública de assistência social, possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento aos usuários, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede prestadora de serviços socioassistenciais.

O SUAS foi à principal deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília (DF), em 2003, e representa o esforço de viabilização de um projeto de desenvolvimento nacional, que pleiteia a universalização dos direitos à Seguridade Social e da proteção social pública com a composição da política pública de assistência social em nível nacional.

Esse novo modelo de gestão supõe a responsabilidades das três esferas de governo (federal, estadual e municipal). Está sendo implementado, por meio de uma nova lógica de organização das ações, com a definição de níveis de complexidade do sistema: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) de média e alta complexidade, com a referência no território, considerando as especificidades das regiões e portes de municípios e com centralidade na família.

Em síntese a pesquisa demonstra que os usuários dos benefícios sociais das instituições públicas e não governamentais estão satisfeitos, porém incomodados com a quantidade dos benefícios que não atendem a totalidade da necessidade do usuário e as informações dos programas que são divulgados em site e a maioria dos usuários não procuram essas informações no site, por falta de conhecimento.

Sugere-se então que os gestores das instituições públicas e não governamental tenham um olhar diferente com esses usuários, atendendo as demandas de forma que o usuário não precise procurar órgãos de competência jurídica, com isso contribuindo com o usuário tenham seus direitos garantidos.

A promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, fruto do processo democrático País, veio garantir direitos fundamentais para os cidadãos brasileiros. Em seu artigo 23, capítulo II, a Constituição determina que “é competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, cuidar da saúde e assistência públicas, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiências”.

Outros instrumentos legais vêm sendo estabelecidos, desde então, regulamentando os ditames constitucionais relativos a esse segmento populacional, com destaque para as Leis nº 7.853/89 (sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social), nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), nº 10.048/00 (estabelecendo prioridades ao atendimento), nº 10.098/00 (determinando critérios para a promoção da acessibilidade), e os Decretos nº 3.298/99 (dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência) e nº 5.296/04 (regulamenta as Leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00). A Portaria do Ministério da Saúde, MS/GM nº 1.060, de 5 de junho de 2002, instituiu a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência.

A Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência coloca como principal objetivo a reabilitação da pessoa com deficiência na sua capacidade funcional e de desempenho humano, de modo a contribuir para a sua inclusão social, bem como prevenir os agravos que determinem o aparecimento de deficiências.

A inclusão prevê a modificação da sociedade para que todos, sem distinção de grupo, raça, cor, credo, nacionalidade, condição social ou econômica, possam desfrutar de uma vida com qualidade, sem exclusões. Quanto maior a convivência, sem discriminações, maior a inclusão. Por meio do relacionamento entre os indivíduos diferentes entre si, previsto na sociedade inclusiva, é que se constrói e se fortalece a cidadania.

A acessibilidade tem como objetivo permitir um ganho de autonomia e de mobilidade a uma gama maior de pessoas, inclusive àquelas que tenham reduzido a sua mobilidade ou dificuldade em se comunicar, para que usufruam dos espaços com mais segurança, confiança e comodidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei nº13.146/2015- Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm acesso em 20/01/2019

BOGDAN, R. & BIKLEN, S. (1994). *Investigação qualitativa em Educação. Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.

COLIN, D. R.; FOWLER, M. B. **Loas**: Lei Orgânica da Assistência Social anotada. São Paulo: Veras, 1999.

FAGNANI, E. Avaliação do ponto de vista do gasto e financiamento das políticas públicas. In: RICO, E. M (Org.). **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, IEE, 1998.

FALCONER, A. P. A promessa do Terceiro Setor. 1999. Disponível em: http://www.dreamscanbe.org/Reasearch%20Page%20Docs/a%20promesa%20do%20terceiro%20setor_port.pdf Acesso em 06\02\2019.

FIGUEIRA, Emílio. **Caminhando em silêncio: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil**. São Paulo: Giz Editorial, 2008.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FRANÇA, I. S. X.; PAGLIUCA, L. M. F. Acessibilidade das pessoas com deficiência ao SUS: fragmentos históricos e desafios atuais. **Rev. RENE**, v. 9, n. 2, p. 129-137, 2008.

JUNQUEIRA, L. A. P. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 1, p. 25-36, 2004.

MACEDO, Roberto Sidnei. *Etnopesquisa crítica, etnopesquisa-formação*. 2.ed Brasília: Liber Livro, 2010.

MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

MORIN, E. Complexidade e ética da solidariedade. In: CASTRO, G. et al (Orgs). **Ensaio de complexidade**. Natal: Editora da UFRN, 1997.

SALOMON, L. A emergência do Terceiro Setor: uma revolução associativa global. **Revista de Administração**, v. 33, n. 1, p. 5-11, 1998.

SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL **Perguntas frequentes- assistência social**. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/pagina-1269.html> . Acesso 22/01/2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

THOMPSON, A. A. Do compromisso à eficiência: os caminhos do Terceiro Setor na America Latina. In: IOSCHPE, E. B. **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**. São Paulo, GIFE/Paz e Terra, 1997.

VILLASANTE, T. R. **Redes alternativas: estratégias e estilos criativos na complexidade social**. Petrópolis: Vozes, 2002.

ANEXOS:**ANEXO A – Questionário para os beneficiados dos programas sociais da secretaria de promoção social de Goianésia- Goiás, ano 2018 em parceria com OVG (Organização das voluntárias de Goiás)**

1. Faixa etária
 - () até 18 anos
 - () entre 19 a 29 anos
 - () entre 30 a 40 anos
 - () entre 41 a 51 anos
 - () acima de 52 anos

2. Sexo
 - () Feminino
 - () Masculino

3. Escolaridade
 - () Ensino Fundamental incompleto
 - () Ensino Fundamental completo
 - () Ensino Médio incompleto
 - () Ensino Médio completo
 - () Ensino Superior incompleto
 - () Ensino Superior completo
 - () Analfabeto

4. A quanto tempo recebe os benefícios oferecidos pela Secretaria de Promoção Social e a OVG?
 - () até 1 ano
 - () entre 1 ano e 3 anos
 - () entre 4 anos e 7 anos
 - () acima de 8 anos

5. Os benefícios atendem as suas necessidades?
 - () Sim
 - () Não

6. Demorou para conseguir o benefício?
 - () Sim
 - () Não

7. Se sim, quanto tempo?
 - () até 1 ano
 - () entre 1 ano e 3 anos
 - () entre 4 anos e 7 anos

acima de 8 anos

8. O serviço prestado pela Secretaria de Promoção Social em parceria com OVG é satisfatório?

Muito satisfeito

Satisfeito

Pouco satisfeito

Insatisfeito

Anexo B – Entrevista para os gestores das instituições públicas (secretaria de promoção social) e Instituição não governamental- OVG (Organização das voluntárias de Goiás)

1. Qual é o público atingido/amparado pelos benefícios sociais prestados pela instituição pública e não governamental?

2. Os usuários de benefícios sociais na instituição pública e não governamental sabem quais são os seus direitos?

3. Qual é a sua opinião sobre a parceria entre instituição pública e a não governamental?

4. Em sua opinião os usuários de benefícios sociais na instituição pública e não governamental estão satisfeitos com os benefícios atendidos?

5. Em sua opinião, a população tem conhecimento acerca dos programas sociais existentes na instituição pública e não governamental na Secretaria de Promoção Social de Goianésia-GO?

6. Quais as dificuldades percebidas no processo de articulação dos benefícios sociais solicitados na instituição pública e não governamental na Secretaria de Promoção Social de Goianésia-GO?
